FIOCRUZ

Súmula

RADIS
Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde

Nº 83 – Outubro de 2001

Visite o site do Radis:
www.ensp.fiocruz.br/publi/radis/prgradis.html

Aids na Terceira Idade
Culpa dos avanços da medicina?
[página 2]

Genéricos
Fora das prateleiras e das receitas – A população sai perdendo –
[página 7]

Lei do Tratamento do Lixo
Em elaboração no Congresso
[página 6]

REFORMAS ECONÔMICAS NÃO TROUXERAM BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR

Duas das mais importantes reformas pelas quais o Brasil passou na década de 90 – as aberturas comercial e financeira – não beneficiaram os trabalhadores. E, por isso, não ajudaram o país na redução da pobreza e distribuição de renda. A conclusão é dos economistas Ricardo Paes de Barros e Henrique Corseuil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), autores de estudo que integra o livro "Efeitos da liberalização sobre a pobreza e a desigualdade na América Latina", lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

[veja mais na pág. 4]

Variações sobre o mesmo tema: cartuns politicamente incorretos

O MUNDO MUDOU?

O MUNDO ESTÁ PEQUENO. O mundo está próximo. No dia 11 de setembro, o mundo todo foi praticamente testemunha ocular de sua própria história e nós assistimos, de todos os ângulos possíveis, a aviões comerciais seqüestrados derrubando as torres gêmeas do World Trade Center, ferindo e matando milhares de pessoas nos Estados Unidos. "Se você quer humilhar um império, faz sentido começar por destroçar suas catedrais, símbolos de suas crenças", diz a repórter Nancy Gibbs na revista Times (edição latinoamericana).

GUERRA – No entanto, quando a guerra deixou de ser retórica e passou a ser 'militar', as iniciais reduzimagens rápidos clam-se a pessoais rões imsobre um fundo verde. A guerra das imagens e dos símbolos passou a ser a guerra do videogame, a exemplo da investida contra o Iraque, na Guerra do Golfo, onde igualmente não se viu destroços, sangue, poeira ou bombeiros retirando corpos mutilados dos escombros, mas apenas cometas artificiais sobre Bagdá.

De todo modo, a guerra está em nossa sala de estar, ainda que nada em nossa vizinhança, quando saímos à rua, nos lembre dela. Ou será que não? Ou será que há guerras tão ou mais cruéis e sem sentido – porque invisíveis – permeando nosso dia-a-dia? Embora a maioria dos habitantes desse planeta não tenha uma 'sala de estar', e muito menos internet, televisores, telefones, rádio ou jornais, podemos dizer que 'o mundo inteiro' discute nas mesas dos bares, nos escritórios e nas esquinas os últimos acontecimentos e suas conseqüências. A elite política e intelectual do planeta também discute, e suas falas são veiculadas pela TV e publicadas nos jornais. Diante desse excesso de informações, será que já podemos ter alguma noção do que significa um "estado de guerra" e seus impactos na saúde? Este é o ponto central da matéria da ***página 4***.

RACISMO – O conflito decorrente dos atentados remete, mesmo que obliquamente, a outra questão capital para o mundo moderno, contemplada com um aparente insucesso em Durban, África do Sul. O racismo, a mais repudiada forma de 'singularização do outro', ou, em bom e claro português, a intolerância à diferença, é um problema cada vez mais preocupante e que serve de estopim – explícito ou implícito – para inúmeros conflitos em todos os continentes. A *Terceira Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância,* assim como as principais discussões sobre a proposta de um sistema de cotas para o acesso de brasileiros afrodescendentes às universidades estão reportadas na ***página 3***.

CLONAGEM – Não bastasse tudo isso, vemos ainda, nos telejornais e na novela das oito, na realidade-que-parece-ficção e na ficção-verdade, o aperfeiçoamento de técnicas que podem revolucionar drasticamente as ciências da vida e o próprio sentido de *pessoa* e de *humanidade*. "Não há mais obstáculos técnicos ou teóricos ao desenvolvimento de um clone humano", dizem os geneticistas Severino Antonori e Panos Zavos. O único obstáculo passa a ser exclusivamente moral, e é a primeira vez na história da humanidade que tais questões éticas são levantadas antes que uma técnica seja aplicada a seres humanos, segundo as palavras do professor Henri Atlan, registradas na ***página 5***.

Sentados placidamente em nossas poltronas de domingo e diante da velocidade dos acontecimentos e das informações, nos vemos imersos num antiquíssimo dilema: será que tudo flui e nada é permanente, como disse um dos primeiros filósofos gregos e também Sidartha Gautama, o Buda? Ou será que a história teve um início e terá um fim, como desejam as tradições judaico-cristãs e também as mais conhecidas correntes filosóficas do Ocidente? Esta é uma questão que continua voando no vento, como diz a velha canção dos anos sessenta.

CARTAS

Senhor Coordenador do RADIS

Recebi a *Tema Assembléia Mundial da Saúde*, do RADIS e, como sempre, li com atenção e satisfação.

Na página 18, o artigo "Como Medir a Saúde do Mundo?" contém várias imprecisões:

1) A sigla da Classificação Internacional de Doenças é CID-10. CIE-10 é a sigla em espanhol. Desde as primeiras revisões e, particularmente a partir da 6ª Revisão (CID-6) em português, usa-se a palavra *doença*.
O Centro Colaborador da OMS para a Classificação Internacional de Doenças em Português (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças), que existe desde 1976, é o responsável pelas versões ao português das revisões da CID. Esta Classificação é usada por todos os serviços de saúde do país e assim conhecida por todos os profissionais de saúde.

2) Classificação Internacional de Deficiências, *Discapacidades* e *Menosvalia*. A publicação oficial em português é: Classificação Internacional de Deficiências, *Incapacidades* e *Desvantagens*. A sigla em português é CIF (em inglês ICF e em espanhol e francês, igual ao português CIF). O termo "minosvalia" é o usado na versão em espanhol.

3) 5º parágrafo: "Depois de 5 anos de trabalho..." etc.
Não é correto que o "instrumento tenha ganho novo nome" mas o primeiro traduzia uma classificação de conseqüências de doenças e o atual passou a ser mais amplo e abrangente.

4) O sub-título "A CIDDM-2" deve ser mudado para CIF ("A CIF"). Também o sub-título "Discapacidade" deve ser mudado para "Incapacidade".

Atenciosamente

Prof. Dr. Ruy Laurenti

Diretor do Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português (Centro Brasileiro de Classificação de Doenças) Universidade de São Paulo – Ministério da Saúde – OPS / OMS, Faculdade de Saúde Pública.

NOTA DA REDAÇÃO:

O Radis agradece a valiosa colaboração do Professor Ruy Laurenti

TERCEIRA IDADE

Aids entre idosos reorienta política de prevenção do Ministério da Saúde

É difícil imaginar que uma pessoa idosa com um problema de pneumonia ou infecção na verdade sofre de uma enfermidade oportunista em decorrência da Aids. A doença, que até então atingia especialmente os jovens e adultos heterossexuais e homossexuais, agora também avança sobre a terceira idade.

Segundo dados do Ministério da Saúde, houve um aumento de casos de pessoas nessa faixa etária que contraíram o vírus do HIV. Nos últimos dois anos, o porcentual de pessoas contaminadas na faixa etária entre 50 e 59 anos cresceu de 5,4% para 6,6% (no grupo feminino) e de 6% para 7% (no masculino), registrando até agora 15.263 casos em um total de 210.447 notificações. No Hospital Universitário Gaffrée Guinle, no Rio de Janeiro, dos 34 novos casos de pessoas soropositivas que apareceram entre os dias 18 de julho e 23 de agosto, 10% pertencem à terceira idade.

Pode parecer um paradoxo, mas o problema é atribuído ao avanço da medicina, já que a reposição hormonal, a colocação de próteses penianas e a oferta de medicamentos, como o Viagra e o Uprima, vêm prolongando a vida sexual. Além disso, há resistência dos mais velhos em usar preservativos e faltam campanhas que esclareçam a necessidade da camisinha para esse grupo.

Observando este quadro, a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde vai incluir a terceira idade nos programas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e traçar estratégias de distribuição de preservativos femininos e masculinos também para este público.

VIAGRA PODE TER CAUSADO MORTES EM VÁRIOS PAÍSES

Segundo anúncio do Ministério da Saúde da Alemanha, cerca de 600 pessoas podem ter morrido em todo o mundo depois de ingerir o Viagra, medicamento do laboratório Pfizer usado para combater a impotência masculina.

Estima-se que 30 pessoas morreram na Alemanha depois de usar o medicamento e que na Europa o número de vítimas tenha chegado a 77. Esta informação foi obtida após levantamento feito pelo Centro de Monitoração Upssala, da Suécia. O Ministério da Saúde da Alemanha constatou que a maioria das pessoas que morreram tinham problemas de saúde, como doenças cardíacas e males circulatórios. Por isso, suspeita-se que as mortes estejam associadas aos efeitos colaterais do Viagra, contra-indicado para homens diabéticos, hipertensos e com problemas cardiovasculares.

TUBERCULOSE

Novo método identifica a doença em até cinco horas

Diagnosticar casos de tuberculose e outras doenças infecciosas ficou agora mais rápido. Pesquisadores da Coordenação dos Programas em Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desenvolveram um método inédito que acelera o reconhecimento de bactérias causadoras de doenças e infecções hospitalares. A técnica leva, em média, 72 horas para identificar uma bactéria. É possível, por exemplo, reconhecer em até cinco horas a *mycobacterium tuberculose*, bactéria responsável pela tuberculose. O diagnóstico da doença, às vezes, chega a demorar 15 dias pelo método tradicional.

A nova técnica, resultado de quatro anos de doutorado da física Joana D'Arc Lopes, será vital para situações de emergências, auxiliando principalmente as pessoas imunologicamente debilitadas. Além da rapidez no reconhecimento de bactérias, este método – que utiliza a neutrongrafia para identificar microorganismos presentes no ambiente por meio de seu formato – oferece um diagnóstico mais preciso do que o método tradicional.

RACISMO

Brasil discute ação afirmativa para assegurar acesso do negro à universidade

Cercada de polêmicas e considerada por muitos como um grande fracasso, a Terceira Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, conseguiu aprovar apenas dois documentos: uma declaração de princípios e um programa de combate ao racismo. Mais de 17 mil pessoas de 153 países, entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro, discutiram os mais controversos temas, desde a implantação de políticas de ação afirmativa até ações compensatórias para países que sofreram com a escravidão.

Mesmo depois do abandono da delegação norteamericana e dos impasses na discussão sobre a questão Israel/Palestina, um ponto positivo pode ser visto nesse "fracasso": constatou-se que o problema do racismo é uma questão fundamental no mundo inteiro e que o assunto deve ser discutido. O cientista político Sérgio Abranches o compara ao alcoolismo, cujo tratamento só começa quando a pessoa efetivamente reconhece que é portadora da doença.

SISTEMA DE COTAS

Em meio às discussões, a delegação do Brasil – que marcou presença com cerca de 500 participantes – levou à conferência propostas sobre a realidade dos negros, índios e homossexuais. Um dos pontos centrais foi a defesa do sistema de cota, como uma forma de ação afirmativa, assegurando aos negros brasileiros 20% das vagas nas universidades públicas. O sistema de cotas configura-se como apenas uma das modalidades de ações afirmativas usadas para corrigir situações insustentáveis em determinados setores onde não há negros. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 30 anos de ações semelhantes, áreas como medicina e direito tiveram 700% de aumento da população negra nas universidades.

De um lado, a política de cotas é vista como uma maneira de 'discriminar positivamente'. O jornalista Élio Gáspari chega a afirmar, em sua coluna semanal, que as cotas só ofendem sentimentos igualitários quando vêm associadas à palavra "maldita", *negro*, já que há na legislação brasileira referência a cotas para deficientes físicos e mulheres. A socióloga Rosana Heringer faz parte desse grupo que acredita que, sem uma ação específica para eliminar o racismo, não se conseguirá mais do que melhorar a distribuição de renda entre os brancos. Para ilustrar sua posição, ela baseou-se em sua própria pesquisa, onde, entre as pessoas economicamente ativas com renda superior a 10 salários mínimos, há 9% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, mas apenas 2% de homens negros e 1,5 de mulheres negras.

De outro lado, verificou-se que boa parte da população opõe-se a uma política de cotas. Opiniões como a do Ministro da Educação, Paulo Renato, admitem a existência de alguma discriminação, mas julgam que o problema mais grave não tem cor e deve ser resolvido com programas redistributivos de caráter geral.

Outra questão não menos importante é levantada por alguns céticos quanto a uma possível identificação do público a ser beneficiado pela política de cotas: como definir quem é negro, num Brasil de tantas nuances e 'tons'?

Certamente há bons argumentos de todos os lados. A simples existência dessas discussões, no entanto, mostra que um grande mito cai por terra: o de que não há racismo no Brasil. O Governo, e também os meios acadêmicos, finalmente assumem que no país do samba, da mulata e do futebol, as cores nem sempre convivem harmoniosamente. Admitindo o problema, todos os setores sociais passam a discutir não mais a existência ou não do racismo, mas sim a melhor forma de agir. O primeiro passo para esta cura, assim como no alcoolismo, é reconhecer a doença. E esse passo já foi dado.

CÂNCER INFANTIL

Diagnóstico ainda é difícil

O Departamento de Pediatria do Hospital do Câncer, em São Paulo, declarou guerra à demora no diagnóstico do câncer em crianças. Apesar de o índice de cura ter crescido de 15% a 20%, em 1970, para os atuais 80%, uma das batalhas ainda travadas é a conscientização dos pais e médicos sobre a importância de prestar atenção às queixas infantis, pois os sintomas costumam ser confundidos com os de outras doenças. As oncologistas pediátricas Karla Rodrigues e Beatriz de Camargo constataram, em um estudo que analisa dados desde 1975, que o espaço de tempo entre o aparecimento do primeiro sintoma e o diagnóstico é maior no Brasil que na Inglaterra, na Suécia e nos Estados Unidos, uma diferença que varia entre nove e 22 semanas, dependendo do tipo da doença. Uma das conclusões mais significativas é que existe no Brasil uma cultura de não valorização da dor, ilustrada tanto pelo fenômeno da automedicação quanto pela tendência dos pais e dos médicos de considerar as queixas das crianças como manha.

A Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica organiza cursos para orientar pediatras sobre câncer infantil. O presidente da Sociedade, Sidnei Epelman, diz que as aulas, realizadas em todo país, visam chamar atenção sobre a doença. "O objetivo é fazer com que os pediatras passem a pensar em câncer como hipótese", disse. O curso, gratuito, tem dois dias e meio e é patrocinado pela Fundação Banco do Brasil. Informações: (11) 5052-7537

QUALIDADE DE VIDA

O impacto da guerra

Do dia do atentado às torres gêmeas e ao Pentágono, nos Estados Unidos, ao início de uma guerra declarada, passou-se apenas um mês. Mas os efeitos dessa escalada de violência planetária se farão sentir ainda por muitos anos.

O lingüista Noam Chomsky, um dos mais importantes pensadores norteamericanos, foi um dos primeiros a lembrar que este evento sem precedentes na verdade só o foi para o Ocidente: "Esta tem sido a norma para o resto do mundo", lembrou.

Madeleine Albright, ex-secretária de Estado dos EUA, apressou-se a dizer: "Fomos atacados pelo que somos", tentando explicar a reação terrorista com os mesmos argumentos usados pelo articulista Thomas Friedman – "ódio da modernidade, inveja tecnológica". Dois anos antes, a mesma Albright, ao saber que cerca de meio milhão de crianças teriam morrido no Iraque por causa das sanções impetradas pelos EUA, chegou a dizer: "Este é um preço alto, mas estamos dispostos a pagá-lo". Mantendo esta frase em mente, a declaração "fomos atacados pelo que somos" toma um novo sentido. Resta saber ainda se aqueles que sofreram os efeitos das retaliações também estavam dispostos a pagar essa conta.

O ponto de vista de Albright, peculiar a todos os lados envolvidos em conflitos de grandes proporções, é a medida da catástrofe que qualquer guerra acarreta para a vida humana.

QUAL É O IMPACTO DE UMA GUERRA SOBRE A QUALIDADE DA VIDA HUMANA?

Tirando a óbvia resposta acerca dos mortos, feridos e incapacitados em grande escala e em vários locais, e por conta disso a dissolução de inúmeras famílias e até de comunidades inteiras, há muitos aspectos que não são imediatamente visíveis. Os impactos ambientais, tanto locais quanto globais, apesar de facilmente reconhecíveis e evidentes nas fotos, não são de modo geral levados em conta. A água, a terra, o ar, a vida vegetal e animal, todo o ambiente é radicalmente modificado em decorrência de ações militares, bombardeios, uso de armas químicas e nucleares. A colocação de minas nos campo criam uma geração de mutilados, além de um grande contingente de mortos, e a agricultura é drasticamente afetada. Estes danos são por vezes irremediáveis.

Há ainda três conseqüências importantes da guerra que só são consideradas quase sempre muito depois dos eventos: conseqüências econômicas, populacionais e culturais. A concentração de esforços na indústria bélica, em épocas de guerra, termina por roubar recursos de áreas como educação, programas mundiais de saúde e ajuda a economias de países mais pobres. O mundo sofre também com recessão e paralisação das indústrias, sem falar nos embargos e sanções financeiras e comerciais que acontecem em âmbitos globais e restritos.

As populações civis sofrem, direta ou indiretamente, os efeitos dos conflitos, já que de um lado há um incremento do processo migratório – o que significa dizer: mais miséria, mais fome, maior risco de epidemias, destruição de identidades culturais –, e de outro a sensação de insegurança, em razão das angústias, incertezas e instabilidades econômicas e sociais. Estas populações podem vir a sofrer durante gerações os efeitos de uma guerra, e nem sempre conseguem assegurar sua existência como povo.

Como quase toda guerra tem por fundamento subjacente alguma espécie de intolerância – cultural, étnica, religiosa –, este pode ser também um dano a ser posto em sua conta: a exacerbação do racismo e do preconceito entre os seres humanos. Por essa razão, os 'discursos' de uma guerra são normalmente construídos sobre dicotomias bem marcadas: "civilização X barbárie", "crentes X descrentes", "mundo livre X totalitarismo". O sociólogo português Boaventura Santos lamenta que, nesses novos antagonismos, marcados por um evento único que precipitou mudanças ou apenas explicitou o que já existia por baixo dos panos, "os que semeiam os ventos não são os mesmos que colhem as tempestades".

A frase se aplica indistintamente a todos aqueles que tomam a decisão de levar seu povo à guerra.

POPULAÇÃO

Trabalhador não foi beneficiado pelas reformas econômicas

O Brasil não saiu do lugar, apesar de ter seguido a cartilha para se tornar uma economia moderna. De acordo com o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), "Efeitos da liberalização sobre a pobreza e a desigualdade na América Latina", a abertura não contribuiu para a expansão da produção e, portanto, para a geração de postos de trabalho. A taxa de participação – que mede a proporção de pessoas em idade de trabalho que estão empregadas ou procurando uma vaga – ficou praticamente inalterada.

A taxa de desemprego também moveu-se pouco: 6,9% e 7% respectivamente para os trabalhadores qualificados e não qualificados. A distribuição dos trabalhadores não se altera pelo tipo de ocupação – informal, formal e funcionário público. Ou seja, as reformas também não ajudaram os brasileiros a obterem empregos melhores.

Como a fonte de renda das famílias na América Latina não foi afetada pela abertura, os indicadores de desenvolvimento humano também permaneceram inalterados. O *índice de Gini*, que mede a desigualdade, subiu de 0,607 para 0,610 na simulação, e o número de pobres, de 29,2% para 30,2%. A ausência de crescimento sustentado é comum aos países da América Latina e por isso o efeito da liberalização econômica sobre a região, com poucas exceções, seguiu a mesma linha que a do Brasil. Dos 17 países do levantamento do PNUD, em seis as aberturas provocaram aumento da desigualdade de renda; em seis os efeitos foram nulos; e, em cinco a desigualdade caiu. Em relação à pobreza, o impacto em três foi de aumento; em sete, de queda. Em três deles, a proporção de pobres caiu.

Os economistas Ricardo Paes de Barros e Henrique Corseuil, autores do trabalho, ainda não se dedicaram a estudar por que o mercado de trabalho não esboçou reação mas, de acordo com a pesquisa, o eventual benefício da abertura foi anulado por eventos conjunturais como as crises financeiras internacionais e a interrupção do aumento do salário mínimo.

"Quanto da desigualdade salarial seria eliminada se todos os que têm níveis educacionais diferentes ganhassem igual? A resposta é 40%", disse Paes de Barros. Ele acrescentou: "Se eu tiver uma força de trabalho supereducada, vou mostrar que tenho gente que sabe pescar, e os outros vão trazer o barco para cá".

Site do PNUD: *www.undp.org.br*

Clone humano já é possível

Agora é oficial: cientistas admitem que tudo está pronto para se clonar um ser humano. No mês de agosto, durante reunião da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, o médico italiano Severino Antonori e seu parceiro Panos Zavos anunciaram, com grande estardalhaço e na presença de vários especialistas em clonagem – inclusive do próprio criador da técnica, o geneticista inglês Ian Wilmut – que o primeiro bebê clonado do mundo poderia ser concebido em trinta dias e nascer no primeiro semestre de 2002. Segundo Antonori e Zavos, agora tudo é só uma questão de determinação. "E estamos determinados", dizem eles.

A clonagem, desenvolvimento de uma cópia geneticamente igual de um indivíduo, foi desenvolvida em 1996, e o primeiro clone de mamífero adulto oficial do mundo, a ovelha Dolly, nasceu em 1997. Para que a Dolly nascesse, foram necessárias 277 tentativas.

Alan Colman, diretor da PPL Therapeuticals (ligada ao Instituto Rosling da Escócia), parceiro de Wilmut, alerta para o fato de que a maioria dos clones de quatro patas apresenta problemas congênitos ou morre. "O mesmo pode acontecer com um clone humano". Ele acrescenta:

– A prática, dizem, leva à perfeição. Mas, em relação a seres humanos, será ético praticar? Eu acho que não.

OPINIÃO: Henri Atlan

"Não existem fundamentos universais"

"Pela primeira vez, na história da humanidade, questões éticas são levantadas antes que uma determinada técnica seja aplicada ao ser humano", diz Henri Atlan, professor de biofísica das universidades de Paris e de Jerusalém e membro do Comitê Francês de Ética.

Na palestra de abertura do II Seminário Internacional de Filosofia e História das Ciências da Vida e da Saúde, na Fiocruz/RJ, comentando as inquietações relativas às novas técnicas, Atlan disse taxativamente que não existem fundamentos universais sobre os quais poderíamos basear as decisões éticas. Para ele, é preciso decidir sobre questões precisas (clonagem de seres humanos, pesquisas com embriões, etc), mergulhando nos detalhes técnicos para então refletir o que se entende por proibido e permitido em cada uma dessas questões. Atlan diz que estas são decisões particulares e que devem ser tomadas a partir de dados particulares. "Não podemos estabelecer posições a priori sobre os transgênicos ou sobre a eugenia, por exemplo", diz ele, "porque essas coisas não são boas ou más em si". Para ele, se não há fundamentos universais, as questões serão decididas pela força:

– Pela força da argumentação, pela força do voto ou pela força da legislação; novos problemas requerem novas soluções, e é aqui que entra o profundo debate ético, já que a ciência não pode nos dizer o que é bom ou ruim – assegura, acrescentando que a clonagem é um conhecimento extraordinário, e que não há como parar o conhecimento ou a tecnologia.

As Centelhas do Acaso, (Editora Seuil, 1999) e ***A Ciência: deus ou diabo?*** (com J. P. Changeux, Editora Odile Jacob, 1999) são os livros mais recentes de Henri Atlan.

EUA aprovam uso de embrião em pesquisa

O presidente dos EUA, George Bush, aprovou o financiamento de pesquisas com embriões humanos para obtenção de células-tronco, que dão origem a todo o organismo humano e podem se dividir, por um período indefinido, originando outros tipos de células mais especializadas.

Com uma só célula-tronco é possível obter milhares de outras. Esta técnica tem o potencial de revolucionar a medicina, por permitir a formação de tecidos especializados e até órgãos sob medida, reduzindo a fila de transplantes. Os primeiros beneficiados seriam pessoas que sofrem com os males de Parkinson e Alzheimer.

A pesquisa com embriões humanos é uma questão polêmica e, por isso, o consentimento dos EUA é bastante limitado: só poderão ser utilizados embriões descartados por clínicas de reprodução assistida e com autorização expressa dos casais. Continua proibida a criação de embriões exclusivamente para estudos.

Comissão do Congresso discute elaboração de lei única para transgênicos

O deputado Confúcio Moura, do PMDB/Rondônia, lidera uma Comissão Especial para Estudos dos Transgênicos do Congresso Nacional na elaboração de uma lei única que regulamente os alimentos geneticamente modificados no país. A Comissão, formada por 34 deputados e 28 suplentes, vem se reunindo semanalmente, participando de audiências públicas e ouvindo empresas, ONGs, agricultores e grupos de defesa do consumidor que contribuam na formulação do texto de lei para que este seja votado até o fim do ano.

Atualmente, existem 18 projetos de lei relacionados a alimentos transgênicos em tramitação e duas medidas provisórias editadas – uma que estabelece normas de rotulagem para os produtos geneticamente modificados e outra que autoriza o plantio de transgênicos para pesquisas no país. No entanto, a comissão não concorda com a norma de rotulagem, pois esta, segundo Confúcio Moura em entrevista ao jornal O Globo de 10 de setembro, foi estabelecida antes de os alimentos transgênicos serem autorizados no país.

A lei deve estabelecer normas de comercialização dos transgênicos, e a população só passaria a consumir os alimentos geneticamente modificados quando o estudo dos produtos estivesse concluído. O tempo médio necessário para um estudo como esse varia entre seis e doze anos. "A ciência não deve ser impedida de avançar, mas precisa comprovar que é benéfica", diz o deputado.

AMBIENTE

Uma política nacional para o tratamento do lixo

Incentivar a reciclagem e as embalagens retornáveis, dar vantagens fiscais aos municípios que sediarem aterros e instituir a responsabilidade pós-consumo compartilhada estão entre os princípios que nortearão a elaboração de uma Política Nacional dos Resíduos Sólidos. O relator da comissão especial de resíduos sólidos, o deputado Emerson Kapaz (PPS), já tem pronto um esboço do que poderá vir a ser a primeira lei sobre a política nacional para o lixo. Pelo menos um ponto já está criando polêmica: a cobrança pelos serviços de coleta e a criação de um fundo municipal com as taxas arrecadadas.

Entre as prioridades do projeto estão: o fim da polêmica jurídica sobre a cobrança de taxas ou tarifas; a possível implantação de limites ao uso de material não reciclável e a definição de novas regras de tratamento. "O grande problema é a destinação inadequada nos lixões", afirmou o coordenador da Câmara de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), José Maria Mesquita. Um estudo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República mostra que os lixões – onde os resíduos são lançados a céu aberto, sem qualquer preocupação ambiental – estão disseminados nos municípios com menos de cem mil habitantes. Nas grandes cidades, o uso dos lixões é mais freqüente no nordeste.

– Daqui a pouco vamos ter sérios problemas com a contaminação dos lençóis freáticos. Precisamos acabar com os lixões e decidir rapidamente como devem ser os aterros sanitários – reforça o deputado Emerson Kapaz.

Os problemas com lixo só tendem a crescer. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de crescimento da produção de resíduos sólidos é cinco vezes maior que a taxa de crescimento da população. Mas as discussões sobre o fim dos lixões não envolvem apenas preocupações ambientais. O estudo estima que 55 mil pessoas trabalham como catadores e, destas, cerca de 18 mil seriam crianças que ajudam os pais na separação de comida, objetos para vender ou material para reciclar. Uma das soluções apresentadas pela Abes em Brasília é a necessidade de incorporar as famílias que vivem do lixo aos projetos de reciclagem. A maior eficiência no reaproveitamento do lixo depende, no entanto, da coleta seletiva, hábito que ainda está limitado a poucas cidades, como Curitiba e Porto Alegre. Pesquisa feita em 1998 pelo Instituto de Saneamento da PUC do Paraná mostrou que, das 9,5 milhões de toneladas de material reaproveitável produzidas por ano, apenas 26% eram submetidas a reciclagem. Com o reaproveitamento, a economia foi estimada em R$1,1 bilhão.

Brasil quer incluir emenda em acordo de biodiversidade

O governo brasileiro quer incluir emenda num dos artigos do acordo mundial Trips (sigla em inglês para aspectos da Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio) sobre a necessidade de identificação da origem dos recursos genéticos, do conhecimento tradicional de índios e seringueiros, e a repartição dos benefícios da invenção entre essas populações. O objetivo do Brasil é proteger a biodiversidade e o conhecimento tradicional da ação dos biopiratas, usando para isso normas internacionais de patentes. A emenda será apresentada em novembro na Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, Catar.

Com a emenda, o uso do material genético na invenção estará vinculado ao consentimento prévio fornecido pelos detentores do material, contemplará a exploração do conhecimento tradicional sobre o material e acarretará a repartição de benefícios.

A proposta brasileira conta com o apoio da Índia, dos países da África, da Ásia e da União Européia (UE).

VACINAS E REAGENTES

Bio-Manguinhos lança duas novas vacinas e quatro reagentes

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) da Fundação Oswaldo Cruz lança, no início do próximo ano, duas novas vacinas: a DTP, que protege contra a difteria, tétano e coqueluche, e a Hib, vacina contra as doenças causadas pelo *Haemophilus influenzae* tipo B.

Atualmente, o Instituto desenvolve reagentes destinados a diagnosticar doenças como sarampo, rubéola e herpes tipo 6, e também Anti-IgM e Anti-IgG, reagentes destinados a detectar o grau de evolução de uma infecção.

Desde a sua criação, Bio-Manguinhos vem se dedicando à produção e desenvolvimento tecnológico de vacinas virais e bacterianas e reativos para kits de diagnósticos. As vacinas desenvolvidas e produzidas pelo instituto são prioritariamente direcionadas para o Programa Nacional de Imunização (PNI). Já os reativos são direcionados para os programas da Coordenação Geral de Laboratórios da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Coordenação Nacional de DST/Aids e da Gerência Geral de Sangue, Tecidos e Órgãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Atualmente, Bio-Manguinhos produz vacinas contra sarampo, poliomielite, febre amarela, *Haemophilus Influenzae* tipo B (Hib), responsável pela maioria das meningites em crianças pequenas, e meningite cérebro-espinhal dos grupos A e C. Com exceção da febre amarela, que também é utilizada em adultos, as vacinas produzidas são direcionadas às crianças.

O instituto vem ainda trabalhando intensamente na produção de reagentes para kits de diagnóstico da leishmaniose, doença de chagas, dengue, leptospirose, hanseníase, HIV/Aids, hepatites virais e diarréias virais.

Bio-Manguinhos: 0800-210-310
E-mail: *info@bio.fiocruz.br*.

Genérico: bom e barato

Os medicamentos genéricos, apesar de todo respaldo legal, ainda são pouco vistos nas prateleiras das farmácias e pouco receitados pelos médicos.

Há dois anos disponível no mercado, a categoria dos genéricos foi criada pelo Governo Federal com o objetivo de implantar uma política de preços mais condizentes com a realidade sócio-econômica do Brasil. A "Lei dos Genéricos", nº 9.787, foi sancionada em 10 de fevereiro de 1999 e regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 10 de agosto de 1999.

Para chamar a atenção de médicos, farmacêuticos e consumidores para os remédios genéricos, o Governo Federal começou, em outubro, uma intensa campanha publicitária e de marketing, por meio de televisão e rádio e diretamente em farmácias, consultórios médicos e hospitais públicos. A campanha prevê a distribuição de cartazes com fotos das embalagens dos genéricos nas farmácias e hospitais e vai lembrar que todo genérico trará na sua embalagem a letra "G" em destaque.

As ações do governo têm como prioridade o consumidor final. Por isso, o Ministério da Saúde, através da Anvisa, vai distribuir cartilhas sobre os genéricos para a população carente e entregar aos médicos do SUS uma lista com os medicamentos já registrados.

Os genéricos são medicamentos que possuem o mesmo princípio ativo, na mesma dose e na mesma forma farmacêutica, sendo administrado pelas mesmas vias e com a mesma indicação terapêutica do medicamento de referência. A sua garantia é dada pelo Ministério da Saúde através de registro, e eles devem passar obrigatoriamente por testes de equivalência farmacêutica e bioequivalência, ou seja, devem conter idêntica composição qualitativa e quantitativa do princípio ativo e devem ser absorvidos da mesma forma em igual dosagem de um medicamento de referência. Tem que haver também comprovada equivalência terapêutica.

Em fevereiro de 2000, foram registrados os seis primeiros genéricos do país. Em dezembro de 2000, já havia 189 medicamentos genéricos de 15 laboratórios registrados. Atualmente, estão registrados 253 medicamentos genéricos, entre antibióticos, penicilínicos, anti-hipertensivos, antiinfecciosos, antimicóticos, antiulcerosos, expectorantes e analgésicos. Os genéricos custam, em média, 40% menos que os remédios de marca

Informações sobre genéricos são encontradas no site do ministério, *www.saude.gov.br*, e no dia 15 de cada mês, no Diário Oficial da União

SIMILAR NÃO PODE MAIS SER VENDIDO

A população muitas vezes acaba comprando remédios similares, uma outra modalidade de medicamento, no lugar dos genéricos. Tanto ele quanto o genérico são vendidos constando o nome do princípio ativo, mas, além de serem mais caros, os remédios similares, mesmo possuindo o mesmo princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, não têm comprovação da sua bioequivalência com o medicamento de marca.

Para acabar com a confusão, a Anvisa proibiu a comercialização dos similares com o nome do princípio ativo através da Resolução nº 36, publicada no dia 16 de março de 2001. Os medicamentos similares que hoje são vendidos pela denominação genérica terão que adotar um nome fantasia ou ser submetidos ao teste de bioequivalência para receber o registro de genérico.

CUSTO DE GENÉRICO FICARÁ MAIS BAIXO

A eficácia e o preço baixo dos genéricos não deixam dúvidas sobre as vantagens deste tipo de medicamento, e os preços tendem a diminuir ainda mais. Devido à suspensão do Imposto de Importação para matérias-primas e medicamentos importados até 28 de janeiro de 2002, o custo de produção dos medicamentos genéricos vai cair em 11,64%.

O decreto, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, abrange dois mil medicamentos e tipos de matérias-primas, em mais de 10 mil formas de apresentação, como comprimidos, gotas e pomadas. De acordo com o Ministério da Saúde, a alíquota do imposto de importação para os medicamentos variava entre 10% e 16,5%.

Aposentados terão remédios mais baratos

Por meio de uma parceria com laboratórios e redes de farmácias, o Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, criado em junho do ano passado e que já agrega em torno de 210 mil associados, elaborou um projeto possibilitando que aposentados comprem remédios com 45% de desconto em média. Esta iniciativa beneficiaria primeiramente alguns municípios de São Paulo, mas já está em andamento no Rio de Janeiro e no Paraná, e há previsão de ser estendida a todos os estados do país.

Os aposentados recebem um cartão de desconto para usá-lo nas farmácias e laboratórios credenciados. Eles terão acesso a uma lista de 160 medicamentos com preços reduzidos, que abrangem 80% das doenças mais comuns entre idosos.

O Sindicato firmou parceria com os laboratórios Schering, Bristol e Biolab e, no Rio de Janeiro, a Força Sindical fez acordo com duas redes de farmácia – Fonseca e Drogasmil. Com isso, o Sindicato prevê que cerca de cinco milhões de pessoas sejam beneficiadas. Para receber o cartão de desconto, os aposentados devem procurar um sindicato filiado à Força Sindical para associar-se e pagar uma taxa anual de R$ 6.

NOTAS

Elos lança Observatório da Saúde

É do encontro e da cooperação entre os grupos populares e instituições de apoio que surgem os projetos participativos. O Núcleo de Estudos em Saúde da ENSP/Fiocruz (Elos) está lançando o Observatório da Saúde, um sistema local de vigilância civil de saúde.

Integrando as comunidades do Complexo da Maré, Alemão e Parque Proletário da Penha, no Rio de Janeiro, o Observatório é o encontro de movimentos sociais, cultura, políticas públicas, arte, religião e serviços em saúde.

O objetivo é desenvolver metodologias de educação popular em saúde para facilitar a participação da população na gestão de sua própria realidade. O projeto também contribui, segundo o pesquisador do Elos Francisco Romão, para pesquisas científicas a partir de informações, denúncias e sugestões trazidas pelos grupos sociais que atuam na região. "Partiremos assim, da realidade, para buscar soluções junto ao poder público". O site pode ser acessado através do endereço *www.ead.fiocruz.br/elos*.

Prêmio Milton Santos de Saúde e Ambiente

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) promoverá, em junho de 2002, o II Seminário Nacional sobre Saúde e Ambiente, no contexto preparatório da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10).

Tendo como parceiros a Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS), a Organização Pan-americana da Saúde (OPS/OMS) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), a Fiocruz busca identificar e divulgar as experiências regionais bem sucedidas que envolvam a relação Saúde-Ambiente.

O *Prêmio Milton Santos de Saúde e Ambiente* contemplará as dez melhores experiências, com prêmio em dinheiro para as três primeiras.

Poderão se inscrever instituições do Poder Público, da iniciativa privada e organizações não-governamentais, e o prazo para a inscrição das experiências se encerrará no dia 30 de Novembro de 2001. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2002 será realizada a seleção das experiências e em março serão divulgados os resultados.

Informações e contato:
www.presidencia.fiocruz.br/vpsra

AGENDA

II Congresso Internacional de Saúde Pública
Medellin – Colômbia
15 a 17 de novembro
Informações:
http://grove.ufl.edu/~pgl/organization

III Conferência Nacional de Saúde Mental
Brasília – DF
11 a 15 de dezembro
Informações:
http://conselho.saude.gov.br/comissao/conf_saudemental/index.htm

I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária
Brasília – DF
26 a 30 de novembro

Tema: *Efetivar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: proteger e promover a saúde construindo cidadania.*

Eixos temáticos
I – Vigilância Sanitária: proteção e promoção da saúde.
II – Construção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
III – Vigilância Sanitária, Saúde e Cidadania

Informações no site:
www.anvisa.gov.br/conavisa/index.htm

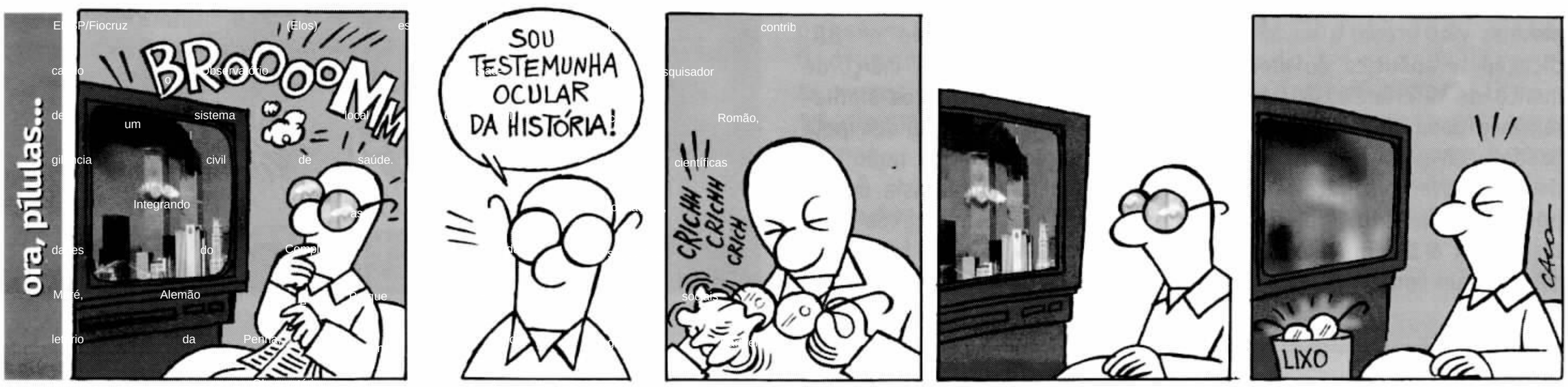
VIII Encontro Nacional de Editores Científicos
Instituição Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC
Atibaia – São Paulo
21 a 24 de novembro
Informações:
(24) 2233-6003
E-mail:
abec@omega.lncc.br

EXPEDIENTE

SÚMULA é uma publicação oficial da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp). Esta edição baseia-se em matérias publicadas nos principais jornais diários e revistas semanais do país.

Periodicidade: bimestral
Tiragem: 42 mil exemplares
Assinatura: Grátis, em conjunto com as revistas TEMA e DADOS.
Presidente da Fiocruz: **Paulo Buss**
Diretor da Ensp: **Jorge Bermudez**

PROGRAMA RADIS
Coordenador: **Rogério Lannes Rocha**
Editor: **Caco Xavier**
Redação: **Ana Beatriz de Noronha, Daniela Sophia e Katia Machado** (reportagem e redação), **Aristides Dutra** (projeto gráfico) **e Valéria Monteiro**
Administração: **Teresa Oliveira, Luis Otávio e Vanessa Santos**

Endereço: Av. Brasil, 4036 / sala 515 – CEP 21040-361 – Manguinhos – Rio de Janeiro. Telefax (21) 2260-7979

E-Mail:
radis@ensp.fiocruz.br
Site:
www.ensp.fiocruz.br/publi/radis/prgradis.html